

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**Processo Digital nº: **1003467-33.2014.8.26.0566**Classe - Assunto **Dissolução e Liquidação de Sociedade - Empresas**Requerente: **Alex Mendes Assumpção**Requerido: **Natan Henrique Carboni e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Alex Mendes Assumpção intentou ação de dissolução de sociedade cumulada com indenização por danos materiais e morais em face de Natan Henrique Carboni e outros.

Aduziu que no final de 2012, junto dos réus Natan e Carlos Eduardo, entabularam negociações para constituir sociedade empresarial que pretendia se tornar franqueada da "TNF Team Nogueira Franquias Ltda", representada pela também ré SAFFI Consultoria.

Após tratativas foi criada a "Van Academia São Carlos Ltda", de titularidade do autor e dos réus Carlos Eduardo e Natan, em 07/01/2013.

Os sócios assinaram um pré-contrato com a "TNF Team Nogueira" em 06/12/2012 e essa avença previa que o candidato a franqueado deveria abrir a sua academia em até 04 meses da assinatura do pré-contrato. Como não houve o pagamento devido, a corré Saffi prorrogou verbalmente o prazo e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

marcou reunião entre as partes para 19/06/2013, para os "ajustes necessários". Nessa oportunidade o autor soube de seus sócios que não havia mais interesse em sua participação na sociedade.

Soube que meses depois a franquía foi levada a termo, com o ingresso de um terceiro investidor (Delmo Donizete de Andrade), sem que o autor fosse ressarcido do investimento que havia feito – R\$6.000,00.

Sustenta que a substituição era vedada pelo pré-contrato e que todo o proceder maculou a sua honra.

Conciliação infrutífera (fl. 135).

Natan Henrique Carboni contestou às fls. 144/154 e aduziu que a história é diversa da contada pelo autor visto que quem se tornou proprietário da franquía da academia "Team Nogueira" é o sr. Delmo, não fazendo o requerido parte do negócio, também restanto frustrado. Ainda, pediu o afastamento dos danos morais.

JRA Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (Saffi) contestou alegando ilegitimidade passiva. Afirmou que atua no ramo de consultoria e intermediou tratativas para franqueamento, nada tendo a responder quanto à flexibilização das cláusulas do contrato de franquía e em relação à dissolução da sociedade. No mérito, pugnou pelo afastamento dos pedidos iniciais.

Carlos Eduardo Schmiedel contestou e alegou que todos tiveram prejuízos, não podendo ser obrigado a qualquer pagamento.

JRA Consultoria se manifestou à fl. 235 e requereu o julgamento antecipado, o mesmo fazendo os requeridos Natan e Carlos Eduardo (fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

236/239) e o autor (fl. 238).

É o relatório.

Decido.

Quanto à preliminar de ilegitimidade passiva da consultoria, o autor alega conluio entre todos os requeridos para prejudica-lo e, portanto, deve a ré permanecer na lide.

Como já referido, o julgamento está autorizado nesta fase pois todos os envolvidos abriram mão da produção de novas provas, até porque os documentos são mais do que suficientes para tanto.

O autor sustentou a existência de conluio para prejudica-lo, do qual participaram todos os requeridos; ocorre que a má-fé não se presume, dependendo de provas, e nada veio aos autos. Como tal obrigação era do autor, afastada está a alegação. Nem se diga que matérias jornalísticas sobre a abertura da academia indicariam a participação dos réus pessoas naturais na sociedade, já que isso também dependeria de provas, que não vieram.

Aliás, o contrato social de fls. 70/72 evidencia que realmente há uma franquia da rede de academias "Team Nogueira" nesta cidade, mas nenhum dos réus nela participa (ao menos formalmente, perante a Jucesp).

Assim, e como consta do contrato de folhas 47 e seguintes, realmente houve tratativas para que se tornassem franqueados, mas elas não tiveram bom termo.

Celebrou-se inclusive contrato de sociedade entre o autor e os dois requeridos pessoas físicas (fls. 47/53), mas a franquia não foi celebrada, em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prejuízo de todos os sócios; ao menos é o que se presume, diante da completa falta de provas em sentido contrário, não sendo de se presumir a má-fé, como dito.

Ao autor coube a participação em 10% na sociedade, com pagamento à fl. 54; o corréu Natan também pagou a sua parte, conforme fl. 260.

Dessa forma, e considerando que o pré-contrato de franquia de fls. 29 e seguintes demonstra que cabia ao autor o pagamento de R\$6.000,00 – feito – e ao réu Natan o pagamento de R\$12.000,00, também feito (fl. 260), realmente pode ser atribuída culpa pelo insucesso da franquia ao requerido Carlos, que deixou de fazer o pagamento do restante.

É bem verdade que sociedade empresarial é contrato de risco, sendo bastante plausível a perda de dinheiro investido; o que não é tolerável é que isso se dê por descumprimento de uma das partes, e isso ocorreu no caso.

Poderia até não ocorrer a celebração do contrato de franquia como previsto de início (entre Alex, Natan e Carlos), mas por qualquer outro motivo que não inadimplemento, já que este é imputável a quem deixou de cumprir com os seus compromissos, sendo esse o caso de Carlos.

Dessa forma, havendo interesse, de se autorizar a saída do autor da sociedade, com a respectiva baixa do capital social e do número de cotas que lhe cabem.

Além disso, deve o requerente ser ressarcido, por Carlos, da quantia investida, visto a sua responsabilidade, como já apontada.

De danos morais não se pode falar.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Havia expectativa de contratação de franquia, sem qualquer vinculação dos franqueadores, como explicitado no item XI (fl. 34), do "pré-contrato de franquia Team Nogueira".

Dessa forma, a expectativa criada pelo autor muito bem poderia ser frustrada – como foi -, algo que está tipicamente vinculado ao risco do negócio, de onde não se extrai abalo moral indenizável.

Ante o exposto julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais para:

- 1) dissolver parcialmente a sociedade de fls. 70/72, com a exclusão do autor, com todos os consectários – diminuição do capital social e do número de cotas -, valendo esta sentença para tanto, com comunicação à Jucesp com o trânsito em julgado e
- 2) determinar o pagamento de R\$6.000,00, quantia que deve ser corrigida monetariamente desde a propositura da ação, com juros moratórios da data da última citação. O pagamento é de incumbência exclusiva de Carlos Eduardo Schmiedel.

Com a parcial sucumbência, cada parte custeará os honorários de seu patrono, ficando as custas e despesas processuais divididas na proporção de 50% ao autor e 50 ao requerido Carlos Eduardo.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos dos artigos 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente para o prosseguimento, apontando, inclusive, a medida constritiva pretendida e atentando, se o caso, para o disposto no Provimento nº 2195/14 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

PRIC

São Carlos, 26 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**